

ENTRE PRÁTICAS E CONCEPÇÕES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

BETWEEN PRACTICES AND CONCEPTIONS:
A BIBLIOGRAPHIC REVIEW ON READING AND WRITING
IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Edilma Mendes Rodrigues Gonçalves

Universidade Estadual do Piauí
edilmamendes@cte.uespi.br

Emerson de Pietri

Universidade de São Paulo
pietri@usp.br

RESUMO

A revisão sistemática da literatura sobre os artigos publicados entre 2013 e 2023, em periódicos científicos, acerca da leitura e da escrita na Educação Infantil no Brasil, com foco na pré-escola, permitiu identificar três categorias reunidas em torno de perspectivas quanto ao ensino sistematizado do sistema de escrita alfabética e à formação para o letramento e para as interações sociais da criança na cultura escrita: i. das bases conceituais; ii. das relações com as práticas sociais; e, iii. das relações com o texto e a textualidade. Evidencia-se, nos estudos analisados, o consenso sobre a importância de práticas pedagógicas significativas que integrem leitura e escrita de forma contextualizada, respeitando os saberes e os tempos das crianças na Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; leitura; escrita; alfabetização; letramento.

ABSTRACT

A systematic review of the literature on studies published between 2013 and 2023 in scientific journals about reading and writing in Early Childhood Education in Brazil, with a focus on preschool, identified three categories based on perspectives regarding the systematic teaching of the alphabetic writing system and the development of literacy skills and children's social interactions within written culture: (i) conceptual foundations; (ii) connections with social practices; and (iii) relationships with text and textuality. There is a shared consensus on the importance of meaningful pedagogical practices that integrate reading and writing in a contextualized manner in Early Childhood Education, respecting children's developmental stages and the essence of childhood.

Keywords: Early Childhood Education; reading; writing; literacy; alphabetization

Considerações iniciais

O trabalho com a leitura e a escrita na escola básica constitui elemento fundamental dos processos pedagógicos, considerando o papel dos letramentos na formação dos sujeitos de linguagem e na qualidade de seu percurso escolar. O objetivo neste trabalho é sistematizar os conhecimentos produzidos em pesquisas científicas realizadas em contexto brasileiro sobre a leitura e a escrita na primeira etapa da Educação Básica, com foco na pré-escola, etapa marcada por tensionamentos acerca do quando e do como a apropriação da linguagem escrita deve ocorrer (Nogueira; Ferreira; Espíndola, 2023).

Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura sobre artigos científicos publicados entre os anos de 2013 e 2023. O período considerado foi definido com base nos impactos que podem ter as políticas públicas de alfabetização sobre as propostas direcionadas aos anos iniciais da Educação Básica. Como marco inicial, adotou-se a instituição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (Brasil, 2012), e, como marco final, as recentes alterações na política educacional federal, com a revogação da Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019) e o estabelecimento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Decreto nº 11.556/2023).

Tais mudanças reforçam a necessidade de conhecer os modos como a temática vem sendo tratada, dada a alternância de diretrizes oficiais e seus impactos para a formação docente e para o trabalho com leitura e escrita na pré-escola brasileira. As pesquisas aqui revisadas possibilitam compreender como o trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil tem sido concebido historicamente no país.

A leitura e a escrita na Educação Infantil

A discussão sobre leitura e escrita na Educação Infantil é atravessada por diferentes concepções de linguagem e por disputas em torno do papel da escola na formação das crianças pequenas. Neste estudo, adota-se a compreensão de que alfabetização e letramento não são processos excludentes, mas práticas interdependentes, situadas em uma perspectiva social, histórica e cultural da linguagem (Soares, 2009). Essa concepção amplia o olhar para além do ensino do sistema de escrita alfabética, ao reconhecer a criança como sujeito inserido em uma cultura letrada desde os primeiros anos de vida. Mesmo antes da escolarização formal, as crianças observam, interagem, interpretam e constroem sentidos sobre a linguagem escrita em situações cotidianas, mediadas por adultos, pares e objetos sociais (Soares, 2020).

Nesse contexto, propor práticas pedagógicas que considerem os usos sociais da leitura e da escrita implica valorizar os saberes infantis, suas formas de expressão, a brincadeira e a participação ativa nas interações com o mundo letrado. A partir dessa perspectiva, é possível compreender as tensões que emergem nos modos como a leitura e a escrita vêm sendo inseridas no cotidiano da Educação Infantil. Diferentes estudos têm apontado que essas práticas são atravessadas por concepções ora mais centradas na apropriação técnica do sistema de escrita, ora mais voltadas à valorização da linguagem como prática social.

Como exemplo dessa tensão, Nogueira, Ferreira e Espíndola (2023) ressaltam que, embora a alfabetização não constitua uma exigência formal para essa etapa, ela está presente nas experiências das crianças de forma cada vez mais frequente, o que exige reflexão sobre os sentidos que essa presença assume. Em vez de reduzir a linguagem escrita à memorização de letras, sons e palavras

isoladas, estudos defendem a proposição de práticas que articulem o ensino do sistema alfabético a vivências lúdicas, expressivas e socialmente significativas, respeitando as culturas infantis e as formas próprias de participação das crianças (Brandão; Rosa, 2021). Assim, a revisão sistemática da literatura no campo em estudo possibilita compreender quais proposições estão em concorrência e de que modo se produzem as tensões entre diferentes concepções sobre o trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil.

Procedimentos metodológicos

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla desenvolvida em nível de doutorado, em que foram mapeadas e analisadas publicações acadêmicas sobre leitura e escrita na Educação Infantil produzidas no Brasil. Optou-se, para este recorte, por realizar uma revisão sistemática da literatura conforme orientações de Sampaio e Mancini (2007), com o intuito de identificar tendências, categorias e recorrências nos artigos científicos voltados ao tema. Segundo as autoras, a aplicação de “métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada” possibilita integrar resultados de estudos produzidos sobre uma determinada temática, com seus possíveis conflitos e/ou divergências, além de permitir “identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras” (Sampaio; Mancini, 2007, p. 84).

As buscas foram realizadas entre abril e maio de 2023, em diferentes bases e repositórios: Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da CAPES, SciELO, Google Acadêmico e o site da ANPEd. Para ampliação da abrangência, elaborou-se uma estratégia de busca baseada na combinação de termos como “educação infantil”, “leitura”, “escrita”, “alfabetização” e “letramento”, empregando o operador booleano “+” na definição do escopo dos resultados. Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos publicados entre 2013 e 2023, em que se abordasse diretamente práticas de leitura e escrita com crianças da pré-escola (4 a 6 anos), excluindo-se aqueles que se tratava apenas de etapas anteriores ou posteriores à definida, ou em que não se apresentavam resultados de pesquisa empírica. A seleção inicial reuniu 21 artigos, reduzidos a um corpus final de 10 publicações, após leitura de títulos, resumos e textos completos.

Para a análise, como mencionado, foram selecionados 10 artigos conforme aos critérios estabelecidos para a revisão — manuscritos em que se divulgassem resultados de pesquisa sobre o trabalho com a leitura e a escrita na pré-escola. Os artigos selecionados encontram-se elencados no Quadro 1:

Quadro 01 - Artigos selecionados para análise

Autor (es)	Título	Ano de public.	Revista
Fernandes, Geuciane F. Gue- rim; Oliveira, Katya Luciane de.	Práticas de leitura na infância: O que pensam as crianças?	2023	Revista Diálogo Educação
Morais, Artur Gomes de.; Silva, Alexsandro da.	Leitura, compreensão e produção de textos na educação infantil: o que pres- crevem os currículos de seis países?	2022	Revista Bras. Es- tudos Pedagogia

Silva, Maria da Conceição Lira da.; Silva, Alexsandro da.	Letramento e alfabetização nas práticas de ensino de uma docente participante do PNAIC — educação infantil	2021	Revista Educação e Políticas em Debate
Cintra, Rosana Carla G. Gomes; Pires, Jucileia Obregon; Andrade, Luci Carlos.	Leitura e escrita na educação infantil: caminhos possíveis	2020	Debates em Educação
Nunes, Maria F. Rezende; Corsino, Patrícia.	Leitura e escrita na educação infantil: Contextos e práticas em diálogo	2019	Caderno de Pesquisa
Melo, Keylla Rejane Almeida; Brito, Antonia Edna.	Práticas de leitura e escrita na educação infantil: o texto como unidade de sentido	2018	Leitura: Teoria & Prática
Araujo, Liane Castro de.	Ler, escrever e brincar na educação infantil: uma dicotomia mal colocada	2017	Revista Cont. de Educação
Faria, Giselle Pereira Campos; Peres, Selma I.; Rossi, Maria Aparecida Lopes.	Os eventos de letramentos na educação infantil: um olhar a partir das diretrizes curriculares	2016	Revista Educação e Políticas em Debate
Espinosa, Daniela Cardoso; Silva, Thaise da.	Alfabetização e letramento na educação infantil: analisando práticas na pré-escola	2015	Revista de Educação
Goulart, Ilsa do Carmo Vieira.	Para além das palavras: espaços de inclusão da criança na cultura letrada	2015	Revista - ABAIf

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Embora o levantamento sistemático tenha sido concluído em maio de 2023, o debate sobre leitura e escrita na Educação Infantil continuou se intensificando naquele ano, como evidenciado pelo dossiê temático publicado pela *Revista Brasileira de Alfabetização (ABAIf)* sobre a temática. Em consonância com os critérios definidos para a presente revisão, encontra-se entre os artigos componentes do dossiê o estudo de Nogueira, Ferreira e Espíndola (2023), com que as análises aqui realizadas dialogam. O artigo, intitulado *Leitura e escrita na Educação Infantil: um tema polêmico e necessário*, apresenta um levantamento bibliográfico para mostrar que, embora a leitura e a escrita sejam discutidas no campo da alfabetização, ainda há pouca visibilidade desse debate especificamente na Educação Infantil. Sua inclusão contribui para ampliar o escopo reflexivo deste trabalho, ao evidenciar a necessidade de espaços formativos que reconheçam a complexidade da linguagem escrita na infância.

Tratamento dos artigos selecionados: um diálogo entre as investigações

A análise dos dez artigos selecionados foi orientada pela busca de aproximações temáticas e convergências teórico-metodológicas entre os estudos. A partir da leitura integral dos textos, foram construídas três categorias analíticas em que se distribuem os sentidos atribuídos ao trabalho com leitura e escrita na Educação Infantil: i) as bases conceituais; ii) as relações com as práticas sociais; e iii) as relações com o texto e a textualidade.

As bases conceituais para o tratamento da leitura e da escrita na Educação Infantil

Reúnem-se, nesta categoria, estudos que se voltaram à discussão conceitual de concepções e proposições que visam a orientar as práticas pedagógicas com a leitura e a escrita na Educação Infantil.

Nessa linha de reflexão, Goulart (2015), no artigo “*Para além das palavras: espaços de inclusão da criança na cultura letrada*”, propõe uma análise da apropriação das habilidades com a leitura e a escrita como uma condição de inclusão das crianças na cultura letrada. A autora ressalta a importância de construir uma aproximação entre uma perspectiva não apenas conceitual de letramentos, mas também de seu aspecto ideológico associado aos usos da língua, apoiando-se em Soares (2001; 2002) e Street (1984, 2003).

Nesse contexto, Goulart (2015) destaca que a escrita desempenha um papel importante na vida social das crianças inseridas em uma sociedade letrada, em que a escrita está presente em diversos contextos do cotidiano. Por meio de vivências letradas relacionadas às atividades diárias, como a escrita em objetos domésticos, as crianças descobrem o aspecto funcional dessa modalidade da linguagem, desenvolvendo interesse e curiosidade por essa forma de expressão.

Além disso, Goulart (2015) observa mudanças na percepção do ensino da leitura e da escrita para crianças de 0 a 5 anos ao longo do século XX. Destaca que, até as últimas décadas desse século, o ensino dessas habilidades era centrado em atividades que visavam apenas seus aspectos gráficos e atividades de reprodução textual, como a cópia de textos. Somente a partir dos anos 1980 teria se desenvolvido a elaboração de práticas inovadoras em relação ao ensino da linguagem verbal escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Mais recentemente, estudos passaram a considerar também a Educação Infantil, ampliando a compreensão sobre o letramento na infância e reconhecendo esse contexto como um espaço fundamental para a articulação das múltiplas linguagens em situações de uso social.

Goulart (2015) argumenta que a Educação Infantil deve ser vista como um espaço de articulação das linguagens em suas diversas formas de expressão, contextualizadas em seu uso social. Para a autora, essa preocupação também está presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 2010), que descrevem práticas pedagógicas baseadas em interações sociais e brincadeiras, visando garantir experiências significativas de aprendizagem e desenvolvimento da linguagem verbal, tanto oral quanto escrita.

Neste sentido, a autora conclui que a aprendizagem da leitura e da escrita por crianças de 0 a 5 anos é importante para sua inserção na cultura letrada, enfatizando a necessidade de integrar múltiplas linguagens no ensino, a fim de promover a construção da identidade e a percepção social das crianças. A ausência dessa integração poderia levar à exclusão social, enquanto experiências com diversas linguagens permitiriam uma aprendizagem mais profunda e abrangente, indo além da simples decodificação de símbolos gráficos.

Perspectiva semelhante se encontra no artigo de Araújo (2017), que discute os sentidos de aprender a ler e escrever na Educação Infantil, levando-se em consideração as particularidades e os princípios que orientam a aprendizagem das crianças pequenas, em articulação com os eixos do ensino ancorados nas interações e na brincadeira. A autora inicia sua análise a partir da observação de algumas inconsistências no que concerne ao processo de aprendizagem da leitura e da escrita nesta etapa de ensino: por um lado, observam-se práticas preparatórias descontextualizadas e repetitivas de aquisição da escrita; por outro, identificam-se discursos e práticas que negligenciam o contato da criança com essa modalidade da linguagem verbal.

Araújo (2017) argumenta que a Educação Infantil desempenha um papel importante na introdução das crianças à cultura escrita e na formação de leitores e escritores. A escola, neste sentido, deve ser concebida como um espaço que garanta o direito das crianças à cultura letrada. Defende que o trabalho com a linguagem escrita seja realizado por meio de estratégias de aprendizagem que respeitem as especificidades da infância e valorizem os significados atribuídos pelas crianças, como também indicam Brandão e Leal (2011). Ressalta, ainda, que a brincadeira e as interações, eixos curriculares da Educação Infantil, devem ser elementos centrais para articular as aprendizagens de leitura e escrita.

Por fim, a autora destaca a importância do cuidado com a fase de apropriação da escrita pelas crianças na Educação Infantil, especialmente por aquelas que não têm acesso a práticas de letramento em casa. Defende que a escola, como ambiente fundamental de aprendizagem, deve enriquecer essas experiências, promovendo o contato diário com a linguagem escrita em seus usos sociais. Em contraposição às abordagens mecânicas e descontextualizadas, argumenta que as experiências com leitura e escrita enquanto práticas discursivas são essenciais para que as crianças se apropriem da linguagem escrita de maneira significativa.

Em linha semelhante à de Araújo (2017), o estudo desenvolvido por Cintra, Pires e Andrade (2020) tem como objetivo compreender e valorizar a inserção da leitura e da escrita na Educação Infantil enquanto instrumento cultural e social. Além disso, ressalta a importância da inovação por parte dos professores em sala de aula para que esse objetivo seja alcançado. As autoras baseiam-se em questões apresentadas por Anne-Marie Chartier, no âmbito do projeto “Currículo e avaliação, leitura e escrita: diálogos entre Brasil/França e Brasil/Portugal”, financiado pela CAPES no Programa Escola de Altos Estudos.

Segundo Cintra, Pires e Andrade (2020), a aprendizagem da leitura e da escrita na Educação Infantil deve ir além de um enfoque funcional e rígido, valorizando práticas pedagógicas que partam do interesse das crianças e de suas experiências culturais. Além disso, conforme apontam, as DC-NEI estabelecem que o currículo dessa etapa deve articular os saberes das crianças ao patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, a fim de promover seu desenvolvimento integral. Nesse sentido, a cultura e as vivências das crianças enriquecem o processo de alfabetização, que deve se constituir como um processo dialógico entre crianças e professores. Ensinar a ler e escrever implicaria, assim, ir além da decodificação de símbolos, englobando compreensão, interpretação e transformação das relações sociais.

As autoras defendem ser fundamental inserir a leitura e a escrita de maneira significativa na Educação Infantil, considerando as peculiaridades das crianças e promovendo práticas que fortaleçam as trocas de experiências entre elas e entre elas e o professor. Os docentes deveriam, assim, estar preparados para valorizar os conhecimentos sociais e culturais de cada criança, uma vez que, nas experiências com a leitura e a escrita na escola, é necessário romper com práticas habituais e despertar o desejo de ler e escrever. Isso envolve mobilizar o conhecimento de mundo, de si e do outro, colocando a criança no centro do processo de aprendizagem (Cintra; Pires; Andrade, 2020).

Esse posicionamento também orienta os referenciais curriculares oficiais em âmbito nacional, como observado no artigo de Moraes e Silva (2022). No estudo, os autores analisam o que está prescrito em documentos curriculares de seis países — Brasil, Portugal, Canadá-Quebec, França, México e Espanha — sobre o ensino da leitura e da produção de textos escritos na Educação Infantil. Além de discutirem as convergências e singularidades desses currículos, examinam o que os documentos brasileiros, anteriores à Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), estabeleciam em relação ao tratamento das práticas letradas, tanto em nível nacional quanto municipal.

Os documentos observados pelos autores, publicados antes da implantação da BNCC, são o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RECNEI (Brasil, 1998), e as DCNEI (Brasil, 2010). Segundo Morais e Silva (2022), o terceiro volume do RECNEI destaca a importância de se construir um ambiente letrado na escola, permitindo que as crianças tenham contato com a escrita. O documento defende o direito das crianças de produzirem escritas não convencionais durante sua fase de escolarização. Os professores são incentivados a atuar como escribas, registrando coletivamente os textos produzidos em sala de aula e estimulando a produção de textos individuais pelas crianças, ainda que de forma não convencional.

Em relação às DCNEI, os autores observam que o documento não prioriza a língua escrita como objeto central do conhecimento. A escrita é tratada como parte de um conjunto de linguagens, sem receber destaque específico, embora se reconheça que as crianças vivem imersas em um mundo de escrita e demonstram interesse por seus usos e funções sociais desde cedo. Contudo, apontam que a falta de ênfase na escrita alfabética pode ser considerada uma limitação das Diretrizes, especialmente quando se leva em conta o contexto social em que as crianças estão inseridas.

Para Morais e Silva (2022), todos os currículos analisados demonstram compromisso com a promoção do letramento das crianças ao final da Educação Infantil. No entanto, há variações importantes quanto ao nível de detalhamento e à argumentação oferecida aos educadores sobre as razões para envolver as crianças em um universo diversificado de gêneros, suportes e práticas com textos escritos. Alguns documentos apresentam essas propostas de forma sintética, como objetivos listados em textos breves, enquanto outros lhes dedicam dezenas de páginas. Ainda assim, os autores consideram que as evidências científicas sobre o favorecimento, para a apropriação da escrita pelas crianças na Educação Infantil, de situações de leitura que envolvam gêneros discursivos de circulação social, “têm sido incorporadas pelo campo educacional e transformadas em prescrição oficial para o tratamento da modalidade escrita da língua na etapa anterior ao ensino fundamental” (Morais; Silva, 2022, p. 352).

Quanto à BNCC, os autores adotam uma posição crítica em relação às propostas de produção textual e aos gêneros que as crianças são convidadas a produzir, conforme indicado no documento. Observam que, embora a BNCC contemple objetivos de aprendizagem relacionados à produção coletiva de textos com o apoio do professor-escriba e à escrita espontânea pelas crianças, não há desdobramentos desses objetivos em orientações didáticas para os(as) professores(as).

No que se refere à compreensão leitora, na introdução ao campo de experiência “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, não se explicitam as razões para promover a leitura e a compreensão de textos, tampouco são oferecidas sugestões de atividades que favoreçam esse desenvolvimento. Assim, identificam-se lacunas no documento quanto ao detalhamento e à oferta de orientações claras aos professores sobre como trabalhar essas habilidades com as crianças.

Por fim, Morais e Silva (2022) criticam enfaticamente a Política Nacional de Alfabetização - PNA (Brasil, 2019), implementada pelo MEC e por setores empresariais, considerando-a um retrocesso significativo. A PNA estabelecia a adoção de métodos fônicos no processo de alfabetização, o que atrasaria a exposição das crianças da Educação Infantil à leitura e à produção de textos reais, reduzindo o ensino à aprendizagem das relações entre fonemas e grafemas. Os autores concluem que nada semelhante a essa redução foi identificado na BNCC ou nos currículos dos demais países analisados.

Os artigos que compõem esta categoria evidenciam uma perspectiva comum: a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que promovam a leitura e a escrita na Educação Infantil, integrando-as às experiências culturais e sociais das crianças. Goulart (2015) e Araújo (2017) defendem

a inserção das crianças na cultura letrada por meio de práticas que respeitem suas vivências e interesses, utilizando a linguagem escrita como ferramenta para o desenvolvimento da identidade e da percepção social, especialmente quando articulada às brincadeiras e às interações sociais. Cintra, Pires e Andrade (2020) aproximam-se dessa perspectiva ao argumentar que o ensino da leitura e da escrita deve valorizar os conhecimentos culturais das crianças e promover trocas significativas entre professores e alunos.

A contribuição de Moraes e Silva (2022) amplia esse debate ao analisar os currículos de diferentes países, revelando avanços e limitações nas diretrizes para o ensino da leitura e da escrita na Educação Infantil. Os autores apontam a ausência de ênfase na escrita alfabética como uma limitação das DCNEI, criticam a BNCC por não oferecer orientações claras à prática docente e denunciam os prejuízos da PNA para um processo formativo mais significativo na Educação Infantil.

Dessa forma, os estudos analisados indicam que as experiências com leitura e escrita na Educação Infantil devem se distanciar de práticas mecânicas, realizando-se de maneira integrada aos contextos sociais e culturais das crianças, com o uso de estratégias que despertem seu interesse e curiosidade. Esses princípios teóricos e metodológicos manifestam-se de modos diversos nos artigos que compõem as categorias apresentadas a seguir, os quais resultam de pesquisas desenvolvidas em contextos escolares e tematizam práticas de leitura e escrita efetivamente realizadas em instituições de Educação Infantil.

A formação de leitores e escritores na Educação Infantil em suas relações com as práticas sociais de leitura e escrita

Nesta categoria, agrupam-se trabalhos em que se considera a necessidade de garantir que a formação para a leitura e a escrita, na etapa final da Educação Infantil, ocorra por meio da participação em contextos em que a interação entre sujeitos e entre sujeitos e escrita se desenvolva em bases significativas.

Nesse sentido, Espinosa e Silva (2015) discutem a contribuição das práticas e eventos de letramento vivenciados na Educação Infantil para a aprendizagem da leitura e da escrita. As autoras fundamentam-se em Soares (2009), com quem concordam ao afirmar que é nessa etapa de ensino que se iniciam as atividades relacionadas à alfabetização e à participação em práticas sociais de leitura e escrita. Na investigação realizada em uma turma da pré-escola de um Centro de Educação Infantil (CEI), foram observadas diversas práticas de letramento e alfabetização na rotina escolar. As professoras participantes da pesquisa, embora expressassem a intenção de trabalhar com os usos sociais da leitura e da escrita, demonstraram preocupação em alfabetizar de forma sistematizada, ensinando o alfabeto, as vogais e as primeiras palavras às crianças, sem considerar práticas lúdicas adequadas para essa faixa etária.

Dessa forma, Espinosa e Silva (2015) destacam que, embora as práticas e eventos de letramento estivessem presentes no trabalho pedagógico desenvolvido com a turma, poderiam ser mais evidentes. As autoras enfatizam que alfabetizar ou letrar vai muito além de simplesmente decodificar códigos ou escrever letras: trata-se de compreender o letramento como base para aplicar a leitura e a escrita de maneira significativa e contextualizada.

Observações semelhantes são encontradas no artigo intitulado *Boas práticas de leitura e escrita na Educação Infantil*, resultante de estudo que investigou práticas com leitura e escrita na pré-escola, desenvolvidas nas cidades de Recife (PE), Natal (RN), Campo Grande (MS), Belo Horizonte (MG),

Lagoa Santa (MG) e Porto Alegre (RS), no âmbito de um projeto interinstitucional. Nunes e Corsino (2019) consideram boas práticas aquelas que articulam infância e experiência, educação e cuidado, formando binômios de criação, conforme estabelecem as DCNEI (Brasil, 2010).

Na pesquisa, foram observadas atividades de leitura nas salas da pré-escola, nas quais as crianças manuseavam livros, além de práticas de produção escrita com o apoio dos professores, que atuavam como escribas, registrando na lousa os textos produzidos. Constatou-se, também, a predominância de “práticas mais diretivas, pautadas em conteúdos relacionados à alfabetização *stricto sensu*, preocupadas com a identificação de letras, sons iniciais e finais de palavras etc., práticas mais próximas das que ocorrem no ensino fundamental”, posicionamento criticado pelas autoras (Nunes; Corsino, 2019, p. 26).

Nunes e Corsino (2019) destacam a importância de reconhecer as crianças como sujeitos históricos e produtores de cultura, princípio central das DCNEI, o qual deveria orientar as práticas na Educação Infantil. Reforçam que as atividades educativas devem ser fundamentadas nas observações dos professores sobre os interesses das crianças, priorizando suas experiências, conversas e brincadeiras, em vez de seguirem rigidamente um currículo pré-definido.

As autoras questionam, assim, o papel que vem sendo atribuído à pré-escola, marcada por um processo de aproximação a uma escolarização obrigatória aos quatro anos, pautada pela racionalidade, sistematização e organização seriada, em contraste com a creche, que, segundo observam, parece caminhar em direção a uma reinvenção mais criativa. Em sua análise, manifestam preocupação com o futuro da pré-escola e apontam para a necessidade de refletir sobre como equilibrar, nessa etapa, a preparação para a escolaridade obrigatória e a preservação dos princípios fundamentais da Educação Infantil, como a valorização da criatividade e da imaginação.

Esse posicionamento se aproxima do que foi observado no artigo de Fernandes e Oliveira (2023), que também aponta a necessidade de uma abordagem das práticas de leitura e escrita na pré-escola que não se restrinja aos aspectos técnicos da alfabetização. No trabalho intitulado *“Práticas de leitura na infância: O que pensam as crianças?”*, examina-se a percepção das crianças sobre as práticas de leitura vivenciadas em uma instituição de Educação Infantil do Paraná. A pesquisa entrevistou 36 crianças de duas turmas, com idades entre 5 e 6 anos, sendo este o único artigo, entre os que compõem o corpus analisado, em que as crianças são consideradas participantes ativas do processo investigativo. Essa abordagem orienta-se pela concepção de criança como sujeito de direitos, evidenciando a necessidade de se garantir a ela diversas possibilidades de experimentar a leitura no contexto educacional.

No que se refere ao ensino e à aprendizagem da leitura, as autoras ressaltam que esse processo pode ser potencializado por meio do acesso direto aos livros, com propostas de leitura que estimulem o pensamento crítico, o questionamento e a discussão a partir de uma realidade social mais ampla. Os resultados da pesquisa revelaram que a escola é o contexto social em que as crianças podem ter um contato mais frequente com os livros, reforçando a importância de criar condições efetivas no espaço escolar para a exploração desses materiais pelo leitor na infância (Fernandes; Oliveira, 2023).

Além disso, Fernandes e Oliveira (2023) apresentam uma crítica relevante ao enfoque predominante do ensino da leitura e da escrita em muitas escolas de Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Observam que há uma priorização excessiva do aprendizado técnico das relações entre letras e sons, com ênfase no treino intensivo de letras, pronúncias e ritmos. Esse método, centrado no domínio da técnica, parece, segundo as autoras, negligenciar aspectos formativos importantes, como o compartilhamento de experiências de leitura e escrita entre os sujeitos que participam da Educação Infantil e a produção de contextos significativos para essas práticas nas escolas. Nesse

sentido, sugerem a criação de um ambiente que valorize a comunicação, a expressão e o prazer de ler e escrever, contribuindo para um aprendizado mais completo e significativo para as crianças.

Os resultados apresentados no artigo evidenciam a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e significativa das práticas de leitura na Educação Infantil, promovendo um ambiente que não apenas ensine, mas também inspire e motive as crianças a se tornarem leitoras ativas e críticas.

Dessa forma, os três estudos reunidos nesta categoria enfatizam a importância de uma abordagem da leitura e da escrita na Educação Infantil que valorize a experiência concreta das crianças, conectando o currículo às realidades sociais, aos contextos locais e aos interesses infantis. Ao relacionar a prática pedagógica ao contexto social e às vivências das crianças, as pesquisas observadas convergem para a ideia de que o ensino da leitura e da escrita na infância deve transcender a dimensão técnica, promovendo uma educação significativa e inclusiva. Essa orientação está em consonância com as perspectivas de caráter teórico-metodológico discutidas nos artigos que compõem a categoria anteriormente analisada.

A formação de leitores e escritores na Educação Infantil em suas relações com o texto e a textualidade

Nesta categoria, reúnem-se estudos que postulam a necessidade de garantir que o aprendizado da leitura e da escrita na escola ocorra em articulação com o texto e a textualidade.

Nesse sentido, Faria, Peres e Rossi (2016) observam, em sua pesquisa, a organização dos eventos de letramento em três Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Goiânia (GO), em relação aos objetivos estabelecidos nas diretrizes curriculares municipais e ao que está previsto nas DCNEI quanto ao desenvolvimento de atividades que envolvam leitura e escrita por meio de experiências significativas para as crianças. Fundamentadas na concepção de letramento proposta por Street (2014), as autoras compreendem o letramento como práticas de leitura e escrita desenvolvidas em situações reais, e os eventos de letramento como “situações específicas possíveis de serem visualizadas no tempo e espaço” em que essas práticas acontecem (Faria; Peres; Rossi, 2016, p. 2).

No estudo, analisam-se se os eventos de letramento observados nos CMEIs em que a pesquisa se realizou são promovidos de forma intencional pelas professoras, envolvendo atividades como por exemplo a escolha de livros e revistas para trabalhar temas de interesse das crianças. A defesa do uso da escrita em situações reais, feita pelas autoras, reforça a ideia de que o contato desde cedo com o universo letrado potencializa que o desenvolvimento infantil seja realizado em bases significativas.

Além disso, Faria, Peres e Rossi (2016) ressaltam a importância de se trabalhar com os eventos de letramento a partir das necessidades da comunidade e da curiosidade das crianças, defendendo o desenvolvimento de práticas contextualizadas, alinhadas ao currículo e baseadas nos interesses e nas demandas do contexto social.

Perspectiva próxima, quanto à necessidade de se considerar as especificidades do contexto e o trabalho com textos para o desenvolvimento de práticas de leitura e escrita, aparece também no artigo *“Práticas de leitura e escrita na Educação Infantil: o texto como unidade de sentido”*. Nele, apresentam-se resultados de investigação sobre os usos da leitura e da escrita em CMEIs do município de Teresina (PI). As autoras, Melo e Brito (2018), concentram-se na análise das práticas docentes relacionadas à linguagem escrita, com ênfase no tratamento do texto como uma unidade de sentido. De acordo com elas, “as discussões em torno do processo de aquisição da leitura e da escrita pelas crianças trazem a importância de privilegiar o texto como unidade de sentido, considerando uma

nova visão, a de que a língua só existe a partir da interação social” (Melo; Brito, 2018, p. 34). Nesse sentido, os depoimentos das professoras pesquisadas evidenciam o reconhecimento teórico do valor da leitura e da escrita nas práticas pedagógicas.

No entanto, as observações feitas pelas investigadoras revelaram aspectos que contrastam com os discursos das professoras sobre a utilização dos textos. Os resultados indicaram que, frequentemente, o texto em sua unidade de sentido é deixado de lado, colocando-se foco excessivo no trabalho com letras, sons e palavras isoladas. Essa discrepância entre a teoria e a prática é discutida pelas autoras também em relação ao trabalho com a materialidade dos suportes e os modos de disponibilização e de acesso aos textos. Elas observam que, embora as professoras reconheçam a importância de variar os suportes no trabalho com a leitura, o uso de cartazes continua predominante em sala de aula.

As autoras argumentam que, para desenvolver uma prática alfabetizadora alinhada à perspectiva do letramento, não basta utilizar textos sociais apresentados apenas em cartazes. É essencial que os textos sejam disponibilizados às crianças em seus suportes originais: poesias em livros de poesia, notícias em jornais, textos informativos em enciclopédias e literatura infantil em livros apropriados. Dessa forma, as crianças têm a oportunidade de interagir com os textos de maneira mais próxima do contexto em que esses textos circulam socialmente, o que enriquece a experiência de leitura e escrita, tornando-a mais significativa e conectada à realidade (Melo; Brito, 2018).

No estudo conduzido por Silva e Silva (2021), examinam-se as práticas desenvolvidas por uma professora da Educação Infantil participante do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no estado de Pernambuco. Os autores investigam, por meio da observação em sala de aula e de entrevistas, as *“práticas de leitura literária e práticas de ensino envolvendo o sistema de escrita alfabética”* adotadas pela professora. Os resultados revelaram práticas que abrangem tanto a alfabetização quanto o letramento, com a utilização de textos literários em sala e na biblioteca, além de atividades voltadas à aquisição do sistema de escrita alfabética, com ênfase no conhecimento das letras e na consciência fonológica, por meio do trabalho com rimas, parlendas e trava-línguas (Silva; Silva, 2021).

Nesse estudo, os autores defendem uma abordagem integrada de alfabetização e letramento na Educação Infantil. Consideram que o trabalho com a língua escrita nessa fase deve possibilitar o aprendizado do SEA, ao mesmo tempo em que se desenvolvem habilidades para o uso desse sistema em práticas sociais. A Educação Infantil, nessa perspectiva, deve ser um espaço que ofereça aprendizagens diversificadas, garantindo o direito das crianças de usufruírem da escrita e se apropriarem desse bem cultural. Essa abordagem parte do pressuposto de que as crianças devem viver plenamente as experiências próprias da infância, enquanto se desenvolvem como leitoras e escritoras em contextos significativos e socialmente relevantes.

Os estudos de Faria, Peres e Rossi (2016), Melo e Brito (2018) e Silva e Silva (2021) compartilham a preocupação com os modos como se realiza a formação de leitores e escritores na Educação Infantil, ressaltando a importância de desenvolver práticas que integrem alfabetização e letramento de maneira significativa. Silva e Silva (2021) defendem uma abordagem que valorize a interação com textos literários e o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao sistema de escrita alfabética, promovendo um ambiente letrado favorável à aprendizagem da escrita.

Os estudos analisados apontam para a necessidade de repensar as abordagens educacionais na Educação Infantil, propondo uma prática pedagógica que respeite a infância e reconheça as crianças como sujeitos ativos no processo de letramento. A revisão de experiências ricas e diversificadas de leitura e escrita é fundamental para garantir que as crianças possam se apropriar da língua escrita de maneira significativa e contextualizada, preparando-se para se tornarem leitoras e escritoras críticas e reflexivas.

Considerações finais

Nos artigos analisados, observa-se uma diversidade de perspectivas sobre o ensino da leitura e da escrita na Educação Infantil, evidenciada na produção acadêmica recente sobre o tema. Além das divergências quanto aos modos e finalidades do trabalho com a linguagem escrita na primeira etapa da Educação Básica, essa diversidade manifesta-se também nas proposições teórico-metodológicas que fundamentam as abordagens apresentadas nos estudos.

Fernandes e Oliveira (2023), Nunes e Corsino (2019) e Faria, Peres e Rossi (2016) criticam o foco excessivo no aprendizado técnico de letras e sons, defendendo ambientes de aprendizagem que valorizem a comunicação, a expressão e a exploração lúdica. Propõem atividades baseadas nas observações dos professores e nos interesses das crianças, tornando a educação mais contextualizada e significativa. Por outro lado, Silva e Silva (2021), Espinosa e Silva (2015) e Moraes e Silva (2022) defendem uma abordagem integrada de alfabetização e letramento, enfatizando que o aprendizado do SEA deve ser acompanhado pelo desenvolvimento de habilidades para o uso desse sistema em práticas sociais. Esses autores também destacam a importância de contextos significativos e socialmente relevantes e da participação das crianças em situações de leitura e escrita que favoreçam a apropriação da linguagem escrita.

Melo e Brito (2018), Goulart (2015), Cintra, Pires e Andrade (2020) e Araújo (2017) ressaltam a importância de uma abordagem ampla e diversificada no ensino da leitura e da escrita. Reconhecem que o trabalho com diferentes gêneros textuais em sala de aula é fundamental para promover o desenvolvimento da alfabetização e do letramento, permitindo que as crianças se envolvam com múltiplas formas de linguagem e participem ativamente das práticas de leitura e escrita.

De modo geral, os estudos analisados evidenciam a importância de práticas pedagógicas que promovam a leitura e a escrita por meio de interações e brincadeiras, em situações significativas nas quais as crianças ocupem lugar central. Tais práticas devem respeitar a cultura, os estilos de aprendizagem e as particularidades de cada criança, reconhecendo-as como sujeitos ativos em seu processo de formação. Nesse contexto, torna-se fundamental assegurar o respeito à infância, ao desenvolvimento integral e à escuta qualificada das crianças, garantindo que tenham voz e vez nas experiências educativas.

Mais especificamente, as categorias construídas a partir da análise dos artigos permitiram identificar princípios conceituais em torno da necessidade de que o trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil ocorra em contextos significativos. Esse princípio comum sustenta os artigos que compõem a primeira categoria apresentada.

Observou-se a manifestação desse princípio nas demais publicações que compõem o corpus analisado, havendo especificidades, no entanto, que permitiram alocá-las em duas outras categorias distintas. Na segunda categoria, portanto, reúnem-se artigos que propõem práticas de leitura e escrita na Educação Infantil referenciadas em práticas sociais mais amplas de circulação da linguagem escrita. Nessa categoria, o traço predominante referencia-se em concepção de base cultural das práticas com a linguagem escrita.

Na terceira categoria, por sua vez, estão agrupados artigos em que o trabalho com a leitura e a escrita na Educação Infantil se ancora no texto e na textualidade como bases materiais. Aproxima esses estudos concepção de base linguístico-textual, que orienta o desenvolvimento das práticas com a linguagem escrita nessa etapa.

Evidenciam-se, assim, nos trabalhos analisados, diferentes perspectivas sobre as práticas com leitura e escrita na Educação Infantil. Tais práticas são compreendidas ora em função do contexto imediato da vida escolar — sendo construídas a partir das interações estabelecidas entre os sujeitos que partilham esse espaço —, ora em articulação com um contexto social mais amplo, no qual as práticas sociais de leitura e escrita são incorporadas à escola como parte do processo formativo das crianças.

Trata-se de modos distintos de compreender as relações do espaço escolar com seu exterior, o que produz distintos efeitos nos encaminhamentos pedagógicos e nos objetivos atribuídos à formação para a leitura e a escrita na Educação Infantil. É possível reconhecer nesse processo, portanto, a presença de perspectivas mais ou menos escolarizadas de pré-escola, o que resulta em uma tensão que merece ser explorada por novas investigações.

Espera-se que os resultados obtidos a partir da análise dos artigos que compuseram o corpus deste estudo contribuam para o aprofundamento das discussões e o fortalecimento das práticas pedagógicas que envolvem a leitura e a escrita na Educação Infantil.

Referências

ARAÚJO, Liane. C. Ler, escrever e brincar na educação infantil: uma dicotomia mal colocada. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro/RJ, vol. 12, n. 24, p. 344-361, mai/ago, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3578/pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRANDÃO, Ana Caroline. P.; LEAL, Telma. F. Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa? In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. (Org.) *Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.13-31.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial curricular nacional para educação infantil*. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC; SEF, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa*: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *PNA - Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

CINTRA, Rosana C. G. G.; PIRES, Jucileia O.; ANDRADE, Luci C. Leitura e escrita na educação infantil: caminhos possíveis. *Debates em Educação, [S. l.]*, v. 12, n. Esp, p. 263–274, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9879>. Acesso em: 13 abr. 2023.

ESPINOSA, Daniela C.; SILVA, Thaise. Alfabetização e letramento na educação infantil: analisando práticas na pré-escola. *Horizontes - Revista de Educação*, Dourados/MS, vol. 3, n. 5, p. 9–18, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/3979>. Acesso em: 14 mai. 2023.

FARIA, Giselle P. C.; PERES, Selma M.; ROSSI, Maria A. L. Os eventos de letramentos na educação infantil: um olhar a partir das Diretrizes Curriculares. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia/MG, v. 5, n. 1, p. 55-71, 2016. DOI: 0.14393/REPOD-v5n1a2016-44565. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/44565>. Acesso em: 13 maio. 2023.

FERNANDES, Geuciane F. G; OLIVEIRA, Katya L. Práticas de leitura na infância: O que pensam as crianças?. *Diálogo Educação*, Curitiba/PR, v. 23, n. 76, p. 279-296, jan. 2023. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2023000100279&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2023. Epub 05-Abr-2023. <https://doi.org/10.7213/1981-416x.23.076.ds11>.

GOULART, Ilsa C. V. Para além das palavras: espaços de inclusão da criança na cultura letrada. *Revista Brasileira de Alfabetização* - ABAIf, Vitória/ES, v. 1, n. 2, pág. 48-62, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/61>. Acesso em: 15 mai. 2023.

MELO, Keylla R. A.; BRITO, Antonia E. Práticas de leitura e escrita na educação infantil: o texto como unidade de sentido. *LTP*, Campinas/SP, v. 36, n. 74, p. 31-45, mai., 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-09722018000300031&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 abr. 2023.

MORAIS, Artur G.; SILVA, Alexsandro. Leitura, compreensão e produção de textos na educação infantil: o que prescrevem os currículos de seis países? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília/DF, v. 103, n. 264, pág. 335-355, maio/ago. 2022. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/4964>. Acesso em: 15 mai. 2023.

NOGUEIRA, G. M.; FERREIRA, C. R. G.; ESPÍNDOLA, C. do S. Leitura e escrita na Educação Infantil: um tema polêmico e necessário. *Revista Brasileira de Alfabetização, [S. l.]*, n. 19, p. 1-18, 2023. DOI: 10.47249/rba2023726. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/726>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NUNES, Maria F. R.; CORSINO, Patrícia. Leitura e escrita na educação infantil: contextos e práticas em diálogo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/SP, vol. 49, n. 174, p. 100-126, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/6109>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SAMPAIO, Rosana F.; MANCINI, Marisa C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos/SP, v. 1, pág. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vvk3syHhnSgY7VsB6jG/>. Acesso em: 20 de jan. 2024. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>.

SILVA, Maria C. L.; SILVA, Alexsandro. Letramento e alfabetização nas práticas de ensino de uma docente participante do PNAIC – Educação Infantil. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia/MG, v. 10, n. 2, p. 595-611, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/60804>. Acesso em: 13 abr. 2023.

STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, B. What's "new" in New Literacy Studies? *Current issues in Comparative Education*. Teachers College, Columbia University, vol. 5, n.2, p. 77-91, 2003.

SOARES, Magda B. *Letramento*: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOARES, Magda B. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas/SP, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002

SOARES, Magda B. *Alfabetização e letramento*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, M. *Alfaletrar*: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

Recebido em: 18/02/2024

Aceito em: 14/08/2025